

Treze anos de guerra civil

Autópsia social dos acidentes de trabalho em Portugal (2001-2012)

BRUNO MONTEIRO
Sociólogo

Lembremos a alegoria: a Fortuna impera virtualmente sobre os negócios humanos. Virtualmente, sim, porque as ocasiões para encontrarmos, fora de ócio, um azar ou um sucesso parecem variar fortemente segundo a ocupação profissional e o estatuto hierárquico. Os acasos são viciados pela intromissão de filtros sociais que potenciam ou minoram, pouco por acaso portanto, as fatalidades laborais. Outro nome para acaso, «fatalidade» tem aqui também um sentido literal. Em Portugal, nos treze anos compreendidos entre 2000 e 2012, morreram a trabalhar 3196 pessoas. No mesmo período, ocorreram anualmente entre 215 632 (2010) e 248 097 acidentes, que significaram, por sua vez, uma perda entre os 6 088 165 (2010) e os 7 624 893 (2002) jornadas de trabalho por ano.¹ De fora do

¹ Existe uma importante colecção de informação estatística acessível ao leitor; em particular, para os números mencionados neste texto, vd. Gabinete de Estratégia e Estudos / Ministério da Economia, *Séries Cronológicas – Acidentes de Trabalho 2002 – 2010*, Lisboa, 30 de Dezembro de 2013; Direcção Geral de Estudos, Estatísticas e Planeamento, mais tarde: Gabinete de Estratégia e Planeamento / Ministério do Trabalho e da Segurança Social, *Acidentes de Trabalho*, Lisboa, Relatórios Anuais [2000 a 2010]; Autoridade para as Condições de Trabalho, *Actividade de Inspeção de Trabalho*, Relatórios Anuais [2011 a 2013]; Gabinete de Estratégia e Estudos / Ministério da Economia, *Acidentes de Trabalho*, Lisboa, Relatórios Anuais [2011 a 2012]; e Departamento de Estudos, Prospectiva e

cômputo, ficam os mutilados, os aleijados e os inválidos que resultam da violência quotidiana que se exerce sobre os corpos nos locais de trabalho, a outra linha de choque da «prolongada guerra civil, mais ou menos oculta» que Karl Marx via ocorrer nas oficinas e nas fábricas a respeito do tempo de trabalho.² Os avanços conseguidos pelos serviços de inspecção das condições de trabalho, que têm forçado o número de mortes a baixar de ano para ano, fazem, por vezes, esquecer que persiste latente o sistema social de repartição do azar que penaliza sobretudo os trabalhadores com cargos mais subalternos e subordinados, com perfis escolares e profissionais menos capacitados e que, vemos agora, exercem tarefas mais «perigosas». O nosso objectivo, que vai permanecer nesse estado de instável equilíbrio que caracteriza os textos curtos e pontuais, procede sumariamente a uma «autópsia social»³ dos acidentes de trabalho,

Planeamento, depois: Gabinete de Estratégia e Planeamento / Ministério da Segurança Social e do Trabalho, *Estatísticas em Síntese: Acidentes de Trabalho*, Sínteses Anuais [2000 a 2010].

² Karl Marx, *Das Kapital*, Band 1, III Abschnitt, 7 (Der Kampf um den Normalarbeitstag. Rückwirkung der englischen Fabrikgesetzgebung auf andre Länder), em: Karl Marx – Friedrich Engels – Werke, Band 23, Dietz Verlag, Berlin, 1968, p.316.

³ Encontramos a aplicação original do conceito de «autópsia social» no estudo de Eric Klinenberg sobre o fenómeno das «mortes», também elas aparentemente governadas pelo acaso, causadas pela «onda de calor» de Chicago que, em 1995, afectou principalmente os habitantes que estavam mais privados de conexões vicinais e familiares; vd. Eric Klinenberg, *Heat Wave: A Social Autopsy of Disaster in Chicago*, Chicago, University of Chicago Press, 2002, p.8. Surpreendentemente, os «mortos» escasseavam em bairros habitados que, pese a sua situação de carência e estigmatização, suportavam uma maior intensidade de relacionamentos interpersonais baseados no comércio de rua, na participação religiosa ou nas cerimónias familiares, um padrão de sociabilidade fulcral para evitar mortes relacionadas com o isolamento, com a ausência de suportes de proximidade (mais do que institucionais), e com a rapidez (ou atraso) na prestação de apoios médicos elementares. Por outro lado, os habitantes que viviam em bairros onde eram significativos os processos de rejeição social que acompanham o crescimento da criminalidade e da violência e, em particular, a retração dos serviços e

inspecção de casos empíricos entendida como exercício (preliminar) para reformular em termos sociológicos um «problema» que temos visto ser pensado, repetidas vezes, em termos «técnicos».⁴

A morte parece que faz pontaria: topografia social dos acidentes de trabalho mortais

A sinistralidade laboral mostra distorções crassas se interpretada a partir da sua projecção sobre o «espaço social do trabalho»⁵: não só a taxa de incidência dos acidentes

equipamentos públicos situados e fornecidos sobre o sítio, ou seja, bairros que eram «comunidades abandonadas» pelo Estado (Idem, *Ibidem*, pp.127, 142), foram vítimas fáceis. Enfim: a «ecologia social» dos bairros da cidade, que não implica nenhuma explicação de natureza étnica, interveio superiormente para configurar a topografia epidemiológica da mortalidade. Usualmente indiferente a este fenómeno, a imprensa, essa, veio criar um «catálogo de horrores urbano», que capitalizou exaustivamente os preconceitos étnicos e pánicos morais sobre a população dos bairros «complicados» (Idem, *Ibidem*, p.11).

⁴ Georges Canguilhem, publicando em 1947, criticava a «ilusão tecnicista» que tem a «pretensão de deduzir e comandar todo o progresso social a partir unicamente do progresso do rendimento industrial, obtido por uma racionalização simultânea, e concebida univocamente, do emprego das máquinas e da mão-de-obra», trazendo do mesmo passo uma série de neutralizações e de simplificações que terminam com a invenção do artefacto intelectualista do «factor humano». Os trabalhos de José Madureira Pinto propunham uma pesquisa centrada nos contextos e nas práticas de trabalho para a interpretação dos comportamentos, sentimentos e pensamentos vinculados ao uso da «segurança»; *inter alia*, «Flexibilidade, segurança e identidades sócio-profissionais», *Cadernos de Ciências Sociais*, 19-20, 1999, pp.5-37. O surgimento e a prevalência de uma leitura tecnicista do «risco» e da «segurança», em prejuízo de uma análise sociológica da precarização das relações sociais de trabalho, significou a transformação da «sociologia do trabalho» num instrumento complementar das tecnologias de controlo empresarial, que, juntamente com um vocabulário tirado da economia e da engenharia, trouxeram, não raras vezes, uma aplicação utilitarista do conhecimento sociológico ao contexto empresaria.

⁵ Sobre a noção em causa, vd. José Madureira Pinto, «Precarização e relações de sentido no espaço social do trabalho», *Sociologia*, n.º16, 2006, pp.177-190.

laborais parece concentrar-se entre os sectores de actividade económica e simbolicamente menos beneficiados, como as pescas e as indústrias extractivas, que parecem por si só multiplicar por dois e por três, respectivamente, a exposição aos «azares» observada para o conjunto dos trabalhadores, como tende a revestir precisamente nessas ocupações traços mais sombrios e nefastos, incluindo a morte. Assim, em 2010, as taxas de incidência dos desastres laborais nos sectores da construção (9183,6 por 100.000 trabalhadores) ou das indústrias extractivas (8301,9) ultrapassaram francamente o valor médio de ocorrência de acidentes de trabalho (5202). Nestes sectores, como já vimos, os «azares», porém, são não só mais comuns, como têm maiores consequências físicas. As disparidades observadas tornam-se ainda mais expressivas se vistas as respectivas taxas de incidência de casos mortais, em que estes sectores superam enormemente os indicadores para o conjunto da população trabalhadora (5 por 100.000 trabalhadores). Face a estas, as probabilidades de morte no sector das indústrias extractivas (24,9) e no sector da construção (13,9) são claramente exorbitantes, neste ponto intrometendo-se entre eles o sector dos transportes e armazenagem (18,6).⁶ O que é mais: a sorte, medida pela frequência e pela gravidade dos acidentes laborais, parece seguir de perto as linhas de fractura ocupacional e hierárquica. Nesta última vertente, vemos que a contabilidade dos casos mortais reserva uma conta inflacionada para os trabalhadores rurais, os operários de instalações e máquinas, e os trabalhadores não-qualificados. Em 2004, os trabalhadores rurais, que acumulam apenas 3,6% dos vários tipos de acidentes de trabalho, contribuem com 9,2% para o total de vítimas mortais; os trabalhadores não-qualificados, que se ficam pelos 14,5% dos acidentes

⁶ GEP / MSST, *Estatísticas em Síntese: Acidentes de Trabalho*, 2010, p.2.

de trabalho, sobem a fasquia para os 18% nas contas de vítimas mortais; os operários de instalações e máquinas, com uma parcela de 10,8% nos números de acidentes de trabalho, levam este valor para os 23,9% no somatório dos casos mortais.⁷ Estes trabalhadores só aparecem sub-representados vendo os períodos de recuperação associados a um acidente de trabalho. A título de exemplo, em 2001, o número médio de dias perdidos por um trabalhador não-qualificado (39,57) ou por um operário (39,98) por causa de um acidente de trabalho era significativamente inferior ao número de dias perdidos por um especialista das profissões intelectuais e científicas (58,75) ou um técnico e profissional de nível intermédio (55,84).

Sem podermos marcar em pormenor os seus contornos, vemos surgir o perfil social dos portugueses que morrem a trabalhar. Do total de trabalhadores que todos os anos expiraram no seu posto de trabalho ao longo do período temporal em consideração, praticamente três quartos provêm sempre dos mesmos quatro sectores de actividade (usualmente por esta ordem: construção, indústrias transformadoras, transportes e armazenagem, agricultura). Esta constância das matrizes ocupacionais dos mortos em situação de trabalho vem seguramente consolidar um tipo-ideal do morto laboral, para mais situado por esmagadora maioria entre os escalões hierárquicos menos prestigiados

⁷ Uma nota sobre o uso da informação estatística. Havia a opção de tratarmos a informação coligida para o hiato temporal entre 2000 e 2012 como um somatório. No entanto, tendo em atenção que se trata de valores que surgem inscritos numa série, em que os acontecimentos registados num ano têm consequência para as tendências de evolução seguintes, optamos por usar, quase sempre, os valores anuais. A escolha de momentos de corte foi conduzida com finalidades exemplificativas, tendo nós, por precaução, procurado que os valores registados para outros anos não implicassem oscilações que negassem por completo os princípios de composição enunciados. De qualquer modo, toda a informação estatística por nós usada é pública e livremente acessível pelos leitores.

e menos protegidos (três quartos também é a proporção usual que representam anualmente as mortes somadas de operários de instalações e máquinas, de trabalhadores não-qualificados, e operários e artífices). O forte contraste com as propriedades económicas e culturais que têm outros intervenientes do campo da sinistralidade laboral, como os especialistas, os responsáveis políticos, ou os jornalistas, entre outros, imprime a sua marca sobre o seu olhar a respeito dos sinistros laborais, vistos de cima, vistos de longe. Se não for suficientemente controlada pela reflexividade, esta medida de afastamento social e físico insinua-se numa inclinação para registos abstractos e sincréticos (economicista, legalista ou psicologista) e para intervenções institucionais e ideológicas, sem que isso negue a existência de voluntarismo sincero e motivações altruístas.

Mortes casuais e mortos óbvios

Um raciocínio incontrolado a partir de cifras ou somas tomadas em bloco, pode facilmente levar-nos a cometer extrapolações, pelo que a sua interpretação merece especiais cautelas. Neste momento, porém, basta-nos apenas repetir o que talvez pareça ser *evidente* ao leitor: são os mortos que já esperávamos, que imaginávamos serem mais ou menos quem são. São as mortes que mais parecem corresponder às concepções transcendentais de «acidente» que pululam nas narrativas dos leigos. Falamos de «acidente» para explicar o que vemos como uma perversa coincidência de causas e circunstâncias fortuitas. Tanto mais que são sempre, ou muitas vezes, os mesmos que morrem; chega a parecer previsível e inevitável que estes mortos sejam recrutados em massa entre trabalhadores inscritos entre os segmentos ocupa-

cionais e hierárquicos mais precarizados. Paradoxalmente, pois logo esta constatação mereceria pô-los de sobreaviso contra as interpretações transcendentais de «acidente». Ao transladarem-se sobre o «espaço social do trabalho», para retomar a expressão de José Madureira Pinto, os acidentes e as vítimas tendem a condensar-se nas regiões mais precárias em termos ocupacionais e estatutários. Esta simples constatação serve para nos precaver contra as explicações que procuram imputar a sinistralidade laboral a factores de casualidade, traduzidos pela literatura especializada como «factores de risco». Usada com estatuto ontológico, a noção de «risco» faz, por vezes, esquecer que, por um lado, os trabalhadores, que se encontram encastrados não só situacionalmente nos locais de trabalho, mas também estruturalmente numa configuração de relações de poder mais lata, percebem e lidam com o «risco» consoante as variadas margens de manobra de que beneficiam e concebem e que, por outro lado, as formas que toma o «risco» se prendem com uma história de lutas pela sua nomeação e pelo seu controlo que interliga conflituosamente as instituições e os actores que investem e se interessam pela imposição de uma representação legítima de sinistro laboral. Uma trama de concorrência e cooperação que interliga, entre outras, as companhias de seguros, os organismos do Estado e as organizações internacionais do trabalho, os sindicatos de trabalhadores ou as colectividades de vítimas, e os «técnicos» com «competência» – que pretendem exclusiva e inócua – para explicar e avaliar os «acidentes» e, por conseguinte, a «segurança» do trabalho. Uma interpretação sócio-histórica da emergência e funcionamento do campo da sinistralidade laboral socava as variedades de falácia ecológica que procuram exclusivamente invocar o arranjo material e tecnológico das condições de trabalho

ou os traços culturais e psicológicos dos trabalhadores («cultura de risco»⁸) para explicar os acidentes de trabalho, menosprezando os processos históricos e sociais de formação dos «riscos», cuja evolução e transformação se prendem precisamente com esse terreno de lutas que a ideia de campo da sinistralidade laboral circunscreve, bem como a pluralidade de estratégias possíveis e plausíveis, visíveis ou invisíveis, formalizadas ou tácitas, que são mobilizadas pelos trabalhadores para contornar, minimizar ou aproveitar esses «riscos».

Fala-se da *morte* mais do que do *morto*. Os necrológios incidem sobre as vicissitudes trágicas da morte. O espectáculo da morte ou, se chegar a ser esse o caso, a controvérsia técnica e judicial que se cria em torno das circunstâncias mais ou menos polémicas em que ocorreu. Excepto por isso, são mortes que nem sequer causam surpresa. Estes mortos são, por isso, especialmente mudos, silenciosos porque já não podem falar e porque a ninguém ocorre falar sobre eles. Esperamos que sejam operários da construção civil, operadores de máquinas ou tractoristas os mortos que aparecem nas notícias. Neste texto, era precisamente imperioso perturbar esta expectativa. Evocar o carácter evidente que têm estes mortos e estas mortes é trair logo a sua natureza transparente de personagens e eventos que

⁸ Índicios de uma leitura culturalista podem ser encontrados, por exemplo, nas tentativas de fazer remontar os comportamentos de «risco» aos traços de impulsividade e belicosidade de uma suposta identidade masculina dos trabalhadores, onde encontramos os mesmos traços que levavam a burguesia parisiense a equacionar «classes laboriosas» e «classes perigosas» no século XIX. Na verdade, controlado o sector de actividade, vemos que as proporções de acidentes de trabalho por género acompanham a composição por género do sector. Assim, vemos que, em 2009, as mulheres representavam, respectivamente, 84,5 e 82,2% das vítimas de acidentes de trabalho nos sectores das actividades de saúde e entre os empregos domésticos, enquanto os homens representavam, por esta ordem, 98,1 e 98,4% das vítimas nos sectores das indústrias extractivas e da construção.

são habituais e ordinários, pois a inquestionabilidade e a impassibilidade são os predicados que o *óbvio* tem de mais próprio. Perturbar a familiaridade com que usualmente recepcionamos os acidentes de trabalho passa por propor uma visão horrorizada (e horrorizante) do ordinário, que o torne extraordinário, inabitual – e escandaloso. Este procedimento de cepticismo em relação aos hábitos de pensamento comuns, jornalísticos e acadêmicos que enquadram os acidentes de trabalho, e que a Stanley Cavell talvez parecesse um exemplo da operação filosófica (e literária) pela qual a banalidade se transmuta em estranheza, isto é, o movimento de passagem pelo qual as minudências e insignificâncias do mundo comum são convertidos em focos de tensão filosófica (e literária),⁹ pode constituir um novo ponto de partida para interrogar as condições sociais e históricas de criação de mortes e mortos de trabalho, como também permitir interrogar o ponto de vista com que essas mortes e esses mortos são vistos pelos leigos, pelos jornalistas e pelos especialistas, isto é, as condições sociais e históricas em que se fixa e que modela a peculiar mundi-visão que eles têm a respeito dos acidentes de trabalho.

⁹ Stanley Cavell, *The uncanniness of the ordinary*, Tanner Lectures on Human Values, Stanford University, 1986.